

# Com mais US\$ 3,6 bi, país foge do FMI

ARNOLFO CARVALHO

Se o Brasil não conseguir US\$ 3,6 bilhões de empréstimos externos no último trimestre, totalizando US\$ 17 bilhões ao longo do ano, não terá outra alternativa senão lançar mão de suas reservas internacionais, recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para um crédito de emergência ou aumentar o endividamento de curto prazo.

Para que a crise cambial não chegue a este ponto, as autoridades brasileiras estão contando com a boa-vontade dos banqueiros estrangeiros e explicando que o Brasil é diferente de outros grandes devedores latino-americanos, como o México e a Argentina, e tem capacidade política para promover o "ajuste voluntário" de sua economia, reduzindo as importações e diminuindo a dependência de empréstimos externos no próximo ano.

## SIGILO

Até agora o Banco Central não se dispôs a divulgar o resultado da captação externa de recursos no mês de setembro, mantendo em sigilo também a evolução das reservas internacionais, mas os observadores acreditam que dificilmente a captação do mês passado superou a casa de US\$ 1 bilhão, enquanto as reservas cambiais não chegam a US\$ 7 bilhões, contra US\$ 7,5 bilhões no final de dezembro último.

"O ajuste voluntário" — diferente, em termos formais, de um programa de reequilíbrio das contas externas que seria imposto pela comunidade financeira através do FMI — resultará em mais um ano de crescimento negativo da economia, podendo agravar o clima recessivo experimentado pelo país desde o início de 1981, mas se faz necessário basicamente porque não será possível contar com mais de US\$ 12 ou US\$ 13 bilhões de empréstimos externos em 1983, na melhor das hipóteses.

Os números que levaram à atual crise de balanço de pagamentos são evidentes por si só: ao invés dos US\$ 25 bilhões de exportações inicialmente esperados para este ano, o país dificilmente poderá contar com mais de US\$ 21 bilhões, devido aos problemas de mercado registrados tanto nos países industrializados como em parceiros comerciais do Terceiro Mundo. A ser mantido até o final do ano a queda de 10,2% nas exportações registradas de janeiro a agosto, as vendas externas fe-

charão 1983 com apenas US\$ 20,9 bilhões.

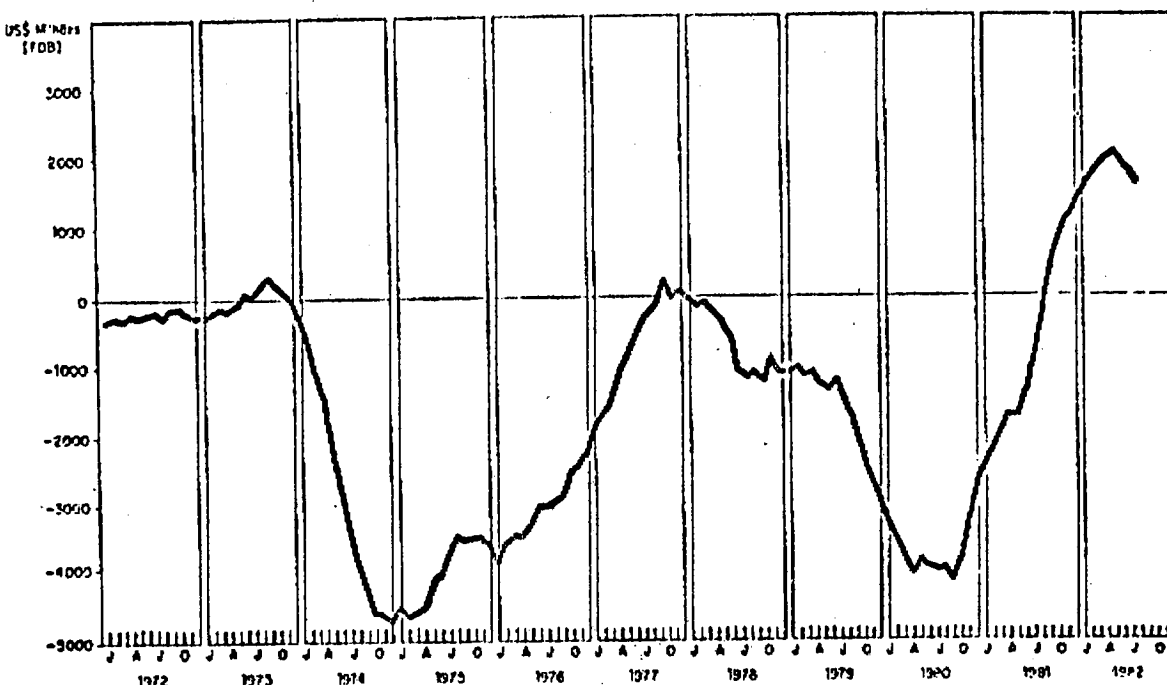
## CORTES

O governo brasileiro se adiantou e impôs cortes nas importações no mês passado, devendo aumentar as restrições para o próximo ano, elevando assim a queda de 12,5% registrada nas compras externas do período janeiro-agosto que resultaria, se fosse mantida até dezembro, em não mais que US\$ 19,4 bilhões de importações. Com os novos cortes determinados pela Cacex, voltou a ser viável a obtenção de um superávit comercial de US\$ 1 bilhão — ou até US\$ 1,5 bilhão, na melhor das hipóteses.

Mesmo que este superávit fique em US\$ 1,2 bilhão, de acordo com cálculos do setor privado, as transações correntes do balanço de pagamentos ainda apresentarão um déficit superior aos quase US\$ 12 bilhões do ano passado, já que a conta de serviços terá o seu déficit de US\$ 13 bilhões no ano passado ampliado para pelo menos US\$ 14 bilhões até o final de dezembro, em decorrência do aumento de US\$ 9,2 bilhões para US\$ 10,5 bilhões nos gastos com pagamentos de juros ao exterior.

As autoridades econômicas vêm procurando também reduzir os US\$ 3,95 bilhões de déficit nos demais serviços, através do desestímulo às viagens internacionais e gastos de turistas no exterior, além de menores despesas governamentais, mas mesmo assim será praticamente impossível esperar um resultado negativo abaixo do US\$ 3,5 bi-

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL  
ÚLTIMOS 12 MESES



lhões até o final do ano.

## DÉFICIT

Caso o déficit em serviços fique em US\$ 14 bilhões e a balança comercial registre um superávit de US\$ 1 bilhão, de acordo com estas hipóteses, o déficit em transações correntes fechará este ano em torno de US\$ 13 bilhões. Como a amortização do principal da dívida externa exigirá dispêndio de US\$ 7,5 bilhões este ano, de acordo com cálculos do Banco Central, a necessidade de capitais externos atingirá pelo menos US\$ 20,5 bilhões.

Para reduzir este volume o governo conta com a entrada de investimentos estrangeiros, mas não se espera que este item contribua com mais de US\$ 1,5 bilhão ao longo deste ano. Além disso, os créditos de fornecedores (suppliers credits) destinados ao financiamento de importações somarão outros US\$ 2 bilhões, o que reduzirá para US\$ 17 bilhões a necessidade líquida de empréstimos em moeda até o final do ano, embora a expectativa original do Banco Central fosse de apenas US\$ 14,5 bilhões.

Mesmo que o país tenha obtido US\$ 1 bilhão em setembro, somados aos US\$ 12,4 bilhões captados até agosto estes empréstimos ainda teriam que ser completados pela entrada de mais US\$ 3,6 bilhões no último trimestre — exatamente os mais difíceis, pois os banqueiros estrangeiros estão assustados com os problemas dos grandes devedores internacionais e no mês de dezembro cai consideravelmen-

te o volume de negócios no mundo ocidental.

## ENDIVIDAMENTO

Ao invés de terminarem aí, as preocupações com as contas externas brasileiras aumentam ainda mais a partir de janeiro, pois a dívida externa do país terá crescido quase 20% (contra uma estimativa inferior a 15% no início do ano) para fechar 1982 com algo em torno de US\$ 73 bilhões, sem levar em consideração o endividamento de curto prazo que o Banco Central estima em US\$ 8 bilhões, embora no exterior já se fale em US\$ 12 bilhões.

O país acena aos banqueiros com um programa drástico de cortes no endividamento externo de 1983: o déficit em transações correntes passará dos atuais US\$ 13 bilhões para apenas US\$ 8 ou US\$ 9 bilhões, já que os empréstimos em moeda estrangeira cairão para US\$ 12 ou US\$ 13 bilhões, segundo os cálculos preliminares do Banco Central, baseados na pouca disposição dos bancos internacionais em continuar emprestando ao país no mesmo ritmo observado até agosto.

Como não será possível ampliar as exportações de forma substancial, o governo brasileiro está contando — além do menor volume de empréstimos externos — com uma forte contenção das importações em 1983, que exigirá menor crescimento da economia e poderá determinar um terceiro ano de queda no Produto Interno Bruto (PIB, com reflexos negativos principalmente sobre a indústria.